



# Anais da Assembléia

Nº 86

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 1996.

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmris da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zarusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 025ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1996  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas e vinte e dois minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Peraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Ruano, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Pelirati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Pasílio Zanusso, Peto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Flíio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Perry Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Valmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 343

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de

sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 282/95 que objetiva alterar os dispositivos que especifica, das Leis nºs 8.933, de 26.01.89, 8.925, de 28.12.88 e 9.927, também de 28.12.88, que tratam, respectivamente, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, IPVA e Imposto de Transmissão Causa Mortis, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 282/95  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 49, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, atualizado monetariamente, será acrescido de juros de mora, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumuladas mensalmente, ao mês ou fração.

§ 1º - O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1% (um por cento).

§ 2º - Em nenhuma hipótese, os juros de mora previstos neste artigo poderão ser inferiores à taxa de juros estabelecida no art. 161, § 1º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3º - Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.

§ 4º - No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 5º - Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á:

a) o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil;

b) o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar, ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.

6º - A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 2º - Aplicam-se aos demais tributos estaduais os coeficientes e os critérios de cobrança de juros de mora previstos na Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

Art. 3º - Os créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até 30 de abril de 1996, ajuizados ou não, poderão ser regularizados, mediante pagamento do imposto e aos demais acréscimos legais, dispensados os honorários advocatícios.

I - em uma única parcela, até 30 de agosto de 1996, com a redução de 90% do valor da multa;

II - parcelado conforme segue, desde que a primeira parcela seja paga até 30 de agosto de 1996 e as demais até o último dia útil dos meses subsequentes:

a) em seis parcelas mensais, com a redução de 80% do valor da multa;

b) em oito parcelas mensais, com a redução de 70% do valor da multa;

c) em dez parcelas mensais, com a redução de 60% do valor da multa;

d) em doze parcelas mensais, com redução de 50% do valor da multa;

e) em quatorze parcelas mensais, com a redução de 40% do valor da multa;

f) em dezesseis parcelas mensais, com a redução de 30% do valor da multa;

g) em dezessete a vinte parcelas mensais, com a redução de 10% da multa.

§ 1º - Na hipótese do inciso II:

a) o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a 125 UFTR;

b) o não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios deste artigo, apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas, sendo as quantias não pagas automaticamente inscritas em Dívida Ativa para cobrança judicial.

§ 2º - Quando o crédito tributário já houver sido ajuizado para cobrança execu-

tiva o sujeito passivo deverá comprovar previamente a quitação dos encargos e despesas processuais proporcionalmente ao débito remanescente.

3º - Aos créditos tributários parcelados na forma do inciso II deste artigo e aos já parcelados até a data da publicação desta lei, exceto em relação às quantias correspondentes às parcelas não pagas de que trata a alínea "b" do § 1º, não se aplica o disposto no art. 49 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, alterado pelo art. 1º desta lei, aplicando-se-lhes juros de mora, não capitalizáveis, de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

4º - Aos créditos tributários regularizados na forma deste artigo não se aplica o disposto no parágrafo único do art. 51 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

5º - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de créditos tributários já extintos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir do dia 1º de julho de 1996 em relação aos arts. 1º e 2º, e na data da sua publicação em relação ao art. 3º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.06.96.

(a) WALMOR TRENTINI - Presidente

PÉRICLES MELLO - Relator

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/95 de autoria do Deputado Walmor Trentini que autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública a edificar no Município de Paranavaí, a primeira Delegacia da Mulher. COM PARCERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/95 de autoria do Deputado Anibal Khury que denomina de Rodovia do Calcário, a Rodovia Anel Metropolitano interno, que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré ao Município de Colombo. COM PARCERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/96 de autoria do Deputado Eduardo Trevisan que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná. COM PARCERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

105/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que inclui na verba escolar derivados da randioca. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/96 que aprova Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28.12.95, no valor de R\$ 23.037.150,00 (vinte e três milhões, trinta e sete mil, cento e cinquenta reais), conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01  
PROJETO DE LEI Nº 210/96

Artigo Único - Fica suprimido o Artigo 4º do Projeto de Lei nº 210/96.

Sala das Sessões, em 12.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: Renato Adur, Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Orlando Pessuti.

O Projeto retorna à C.C.J. por 48 horas.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/96 que aprova Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28.12.95, no valor de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais) conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 237/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/96 que altera a Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, com as modificações introduzidas pelas Leis Complementares nºs 18, de 29 de dezembro de 1983, 36, de 30 de março de 1987 e 45, de 24 de maio de 1989, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e

C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) - Estou entrando com um requerimento pedindo a retirada do projeto, para analisarmos melhor e apresentar emenda.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Face ao entendimento com a Bancada do PT, retiramos da Ordem do Dia e retorna na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente, retirado o Projeto de Lei Complementar nº 237/96.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/96 de autoria do Deputado Orlando Pessuti que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Tommaso Mambriani. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/96 de autoria do Deputado Orlando Pessuti que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Godoy Moreira - ADECOM, com sede e foro no Município de São João do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa Requerimento nº 343, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Só para chamar a atenção dos Srs. Deputados que no Projeto de Lei nº 210/96 - Mensagem nº 045/96, está se cancelando recursos que são de apoio rodoviário aos municípios paranaenses. Mais uma vez uma mensagem que vem do Executivo. Gostaria que o pessoal que está ligado aos municípios paranaenses ficassem atentos. Apresentamos uma emenda e em 48 horas essa emenda deverá ser apreciada e voltará esta Mensagem aqui. E aparece no anexo 9 todas as obras que estão retirando recursos que estava previsto no Orçamento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.